

Darcy propõe novo ensino básico

■ Projeto do senador prevê curso superior para professor e controle de universidades

A criação de um Curso Normal Superior, a possibilidade de desdobrar o ensino básico em dois ciclos e a definição de obrigações dos professores de universidades públicas — “que estão em situação vexatória” — são algumas das inovações propostas pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) nos 84 artigos do seu substitutivo ao projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação.

Darcy, que é o relator do projeto no Senado, diz que seu substitutivo revela sobretudo “uma profunda insatisfação” com o sistema escolar brasileiro, “um dos piores do mundo”. Em sua opinião, a característica “mais nobre” do seu projeto reside “na sua

ambição de assegurar, ao mesmo tempo, a unidade do sistema nacional de educação e a liberdade de variar, atendendo às especificidades dos estados e municípios”.

Para melhorar o nível do magistério, o Curso Normal Superior formaria não só os “professores-de-turma” das primeiras séries (que lecionam todas as matérias) como também os “professores-de-matéria” das séries posteriores (que ensinam determinada disciplina). O substitutivo reitera o ideal de se alcançar a escolaridade universal nas oito primeiras séries, mas faculta o desdobramento dessa seqüência, “de acordo com as condições de vida e de trabalho de alunos e professores”.

Assim, os estados poderão oferecer um ciclo de primeira à quinta séries para crianças de 7 a 12 anos, “a cargo de professores-de-turma, devidamente preparados e remunerados”. No segundo ciclo serão ministradas as matérias de 6ª à 8ª séries, “para os já adolescentes e cuja educação será entregue a professores-de-matéria”. O senador explica que essa nova estrutura possibilitará atender “à especificidade do ensino de cada nível, às diferenças de idade e de conduta dos alunos e sobretudo à formação do professorado. O ensino médio seria um terceiro ciclo, com vocação menos acadêmica de preparação para o ensino superior

do que prática para o treinamento de trabalhadores”.

A *universidade especializada* (contemplando áreas específicas como engenharia e saúde, entre outras) é outra inovação proposta, superando “a concepção de universidade que pretende cobrir todos os campos do saber”. A obrigação de padrões docentes mínimos aos professores universitários explica-se, segundo o senador, pela situação a que chegaram as universidades públicas “que contam com corpos docentes três vezes mais numerosos que o das maiores universidades do mundo, com rendimento escolar muitíssimo menor e rendimento científico e tecnológico nulo”.